

UM OLHAR A RESPEITO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Bruna Silva dos Santos²
Greyce da Silva Rodrigues³
Luciano da Silva Rodrigues⁴
Josiane Carolina Soares Ramos Procasko⁵

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é tema de grande repercussão nacional em razão da sua ampla abrangência e consequências para a educação, principalmente por suas recentes alterações, que têm desencadeados processos de adequação em níveis estaduais e municipais. Neste contexto, cabe verificar quais contribuições as tecnologias digitais podem oferecer, no que se refere ao envolvimento participativo dos segmentos da sociedade na construção de políticas públicas educacionais? Para alcançar subsídios, neste sentido, definiu-se como objetivo analisar a utilização de tecnologias digitais no processo de formulação do documento que regulamenta a BNCC na esfera municipal. A relevância deste estudo finca-se no fato que este documento guiará a efetivação de um projeto de sociedade, alcançando diretamente todas as instituições de ensino. Desse modo, buscou-se aporte na pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Como resultados destaca-se o observável potencial das tecnologias digitais em democratizar a participação dos sujeitos no processo de elaboração de políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, BNCC, Tecnologias Digitais.

INTRODUÇÃO

A produção apresentada é fruto do Curso de Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Informática na Educação (MPIE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, oferecido pelo campus Porto Alegre. A presente discussão emerge em virtude da tenra promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo ministro da educação, reforçada pela homologação em dezembro de 2018, do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), o que, conseqüentemente, levou os agentes administrativos

¹ Trabalho oriundo do grupo de pesquisa “A gestão educacional no contexto das Tecnologias Digitais: experiência de práticas pedagógicas nas escolas de Educação Básica”, vinculada a órgão de fomento interno.

² Aluna do curso de Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, oba_santos@hotmail.com;

³ Aluna do curso de Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, greyceмпie@gmail.com;

⁴ Aluno do curso de Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, lucianodsradm@gmail.com;

⁵ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora da disciplina de Tópicos Especiais em Educação - Didática do Ensino Superior, do Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, e orientadora deste artigo, josiane.ramos@poa.ifrs.edu.br.

municipais a iniciar a elaboração e implantação de Referencial do Território (RT), ambos alinhados aos parâmetros nacionais. Neste contexto, cabe verificar quais contribuições as tecnologias digitais (TD) podem oferecer, no que se refere ao envolvimento participativo dos segmentos da sociedade na construção de políticas públicas educacionais?

Com o intuito de responder a problemática apresentada, este estudo conta com o seguinte objetivo geral: analisar a utilização de TD no processo de formulação do documento que regulamenta a BNCC na esfera municipal. Os objetivos secundários são: realizar revisão bibliográfica a respeito do levantamento histórico sobre o processo de elaboração da BNCC, do RCG e do RT de um município da região metropolitana do Rio Grande do Sul; e, identificar os meios e recursos implantados pela administração pública do município investigado, para proporcionar o envolvimento da comunidade local.

A importância da implementação de tais documentos vincula-se a suas consequências, pois, representam um projeto de sociedade almejado, ou seja, os anseios e concepções coletivos que nortearão o desenvolvimento municipal, uma vez que, a educação é um direito social que alicerça o processo de emancipação dos cidadãos para alcançar uma sociedade mais equânime. Neste ponto, encontra-se a relevância social deste estudo, já que a criação de uma base curricular nacional guiará a efetivação deste projeto de sociedade, alcançando diretamente todas as instituições de ensino, públicas e privadas.

Por esse prisma, a investigação sobre os processos de construção da BNCC, dos referenciais estaduais e municipais são de interesse dos pesquisadores, uma vez que, nortearão práticas educacionais inerentes ao cotidiano profissional dos autores. Desta forma, busca-se produzir conhecimento significativo no que tange à temática das políticas educacionais, para sociabilizar os achados e reflexões deste estudo, a fim de enriquecer futuras produções.

Neste intento a metodologia utilizada será a de pesquisa bibliográfica e documental, com o propósito de coletar as informações, analisar as produções acadêmicas existentes e a legislação nacional atinente, referente ao campo temático definido (políticas educacionais, BNCC e TD). Este estudo guia-se por abordagem qualitativa, pois considera as particularidades da realidade examinada e a natureza subjetiva do *corpus* de análise.

Desta forma, o presente texto está organizado em quatro partes, partindo das discussões teóricas, seguido pela descrição dos procedimentos metodológicos, os resultados e as discussões, e, por fim, culmina nas considerações finais que apresentam as principais relações estabelecidas. Sendo assim, nas laudas a seguir, visa-se destacar as contribuições que essas questões oferecem na compreensão do aporte que as TD podem dar para a construção de políticas públicas na educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O direito a educação é um direito individual⁶, social⁷, político⁸ e público subjetivo⁹, pois a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 o assim reconhece em seu Art. 6º e em capítulo e seção específicos, conforme os Arts. 205 e seguintes. A Carta Magna também estabelece a formulação do Estado Democrático de Direito como o ordenamento jurídico nacional vigente. Neste contexto, a implantação de preceitos constitucionais dessa natureza pode ocorrer por meio de políticas públicas.

Desse modo, encarar a educação enquanto política social, é reconhecê-la como política pública que traduz a “materialidade da intervenção do Estado”, sendo preciso considerar as influências dos conflitos estruturais de poder e dominação, interesses que infiltram-se por todo o “tecido social” (AZEVEDO, 2001, p. 05). Portanto, é possível inferir que a política educacional é uma manifestação da política social (VIEIRA, 2007). Como corolário dessas premissas, Demo afirma que a política social “poderia reduzir o espectro das desigualdades, e isso a define, no fundo. Não será ‘social’ a política que não tocar as desigualdades ou desconcentrar renda e poder” (1994, p. 10).

Tendo por sedimento de ponderação, as balizas fincadas até o momento, pode-se assinalar que os autores citados têm como aspecto em comum reconhecer a função primordial das políticas públicas como meio de concretizar as decisões de “fazedores de leis”, representando o “Estado em ação”, em determinada época para resolver demandas que alçaram as agendas de governo por sua relevância social. Desse modo, reconhece-se a pertinência em debater políticas educacionais, no entanto, é preciso cuidado com generalizações, ao criar expectativas extremas e maniqueístas de condenação a todas ou de esperar delas redenção nacional. Entretanto, elas têm o potencial de ser uma engrenagem para as mudanças no caminho de uma sociedade menos desigual. Em contraponto, no atual contexto pátrio, desde 2015 o foco das políticas educacionais, em nível federal, tem recaído sobre a BNCC. Sob esse ponto de vista, passa-se a exploração de outras dimensões a respeito desta política pública.

⁶ Trata-se de direito que pertence individualmente a cada indivíduo, todos são titulares desse direito (CURY, 2016).

⁷ Representa um conjunto de normas elaboradas para regular a vida em sociedade, estando previstos nos Arts. 6º a 11 e 193 a 232 da CF/88 (HOEPPNER, 2009).

⁸ Por ter a pretensão de garantir aos sujeitos capacidade de participar do destino de sua nação, como cidadãos ativos e autônomos (CURY, 2016).

⁹ Tem o significado de ser direito inarredável do titular, assegurando a defesa, a proteção e efetivação deste quando for negado (CURY, 2014).

BNCC E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS

Atualmente, a humanidade convive com momentos de mudanças bruscas, em intervalos cada vez menores, que ocasionam alterações significativas nas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas entre pessoas e instituições. Dessa forma, o Brasil observou a experiência de países que reformaram seu ensino, como: Austrália, Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Cuba, Chile, Portugal, Coreia do Sul, entre outros.

Diante desse cenário internacional, o órgão do governo federal pátrio, o Ministério da Educação (MEC) no ano de 2018 homologa a terceira versão da BNCC da educação básica. O documento contém as orientações gerais para toda a Educação Básica. Segundo o *site* do MEC, a BNCC pode ser definida como: “[...] um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017).

Partindo para os marcos históricos de sua constituição, foi em 1988 que a Carta Magna em seu Art. 210 previu a BNCC, onde devem ser descritos os conteúdos mínimos para o ensino fundamental, com objetivo de garantir uma formação básica comum, e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada sob a Lei nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei n. 13.005/14 tratam sobre a BNCC (BRASIL, 2014).

A primeira versão foi apresentada em 16 de setembro de 2015, onde foi aberta para consulta pública, e, conforme dados do Portal do MEC, recebeu mais de 12 milhões de contribuições. A segunda versão da BNCC foi apresentada para a discussão em maio de 2016. Neira, Almeida e Júnior (2016) descrevem que a maior parte das contribuições enviadas foram incluídas na segunda versão. Os autores informam que além de realizar muitas reuniões presenciais como congressos, seminários, palestras, também houve possibilidade das pessoas enviarem suas críticas de maneira virtual, através de um portal. O MEC em seu *site* divulga que aproximadamente 9 mil professores participaram de seminários.

No dia 20 de dezembro de 2017 a BNCC foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho, através da Portaria N° 1.570 de 2017. No dia 2 de agosto de 2018, foi entregue pelo MEC ao CNE a 3ª versão da BNCC do Ensino Médio, dando início a audiências públicas para debates. No mês de dezembro do mesmo ano, a ministra da Educação, Rossieli Soares, homologou a BNCC para a etapa do Ensino Médio.

As escolas de distintos estados discutiram e criticaram a BNCC do Ensino Médio. Docentes e profissionais técnicos da educação criaram comitês de debates e tiveram a sua

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

disposição um formulário virtual, que possibilitou o envio de sugestões. Cabe salientar entre as críticas desse processo, a falta de acolhimento das contribuições enviadas pela população na 3ª versão da BNCC, bem como, o enfoque pedagógico que passa a se dar através de competências e habilidades, sugerindo assim, visão tecnicista voltada para o mercado de trabalho.

De outra banda, imperioso tratar a respeito da BNCC no estado do Rio Grande do Sul (RS). Esse processo inicia-se pela homologação do RCG, em 2018, pelas entidades do Conselho Estadual de Educação (CEED) e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) através da Resolução N° 345, de 2018 (BRASIL, 2018). Segundo o *site* do currículo da educação do RS, mais de 120 mil pessoas contribuíram para a criação desse documento.

Quanto a eventos promulgados nas cidades gaúchas, em 2019, com foco na implementação da BNCC nos municípios, houve em março e abril o Fórum 2019, o 30º Fórum Estadual das Secretarias Municipais de Educação do RS e o Fórum Ordinário da UNDIME/RS. As Secretarias Municipais de Educação, em parceria com Prefeituras, escolas, UNDIME/RS e outras associações estão desenvolvendo suas ações para atingir a meta da implementação da BNCC, conforme orienta o documento oficial. Mais informações sobre o desenvolvido nos municípios, será tratado ao relatar a experiência do município objeto desta análise. Desse modo, ainda se faz necessário adentrar nas fragilidades e potencialidades ofertadas pela inclusão das TD nos processos de elaboração de políticas públicas, como discutir-se-á a seguir.

TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO APOIO NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

No mundo globalizado contemporâneo, a disseminação tecnológica tem atingido patamares sem precedentes, os sujeitos ao ter acesso a informações, via redes digitais, alcançam possibilidades de trocas e também da geração de conhecimento. Desse modo, a abordagem das tecnologias digitais torna-se uma ferramenta ímpar no processo de fornecer apoio à elaboração das políticas públicas, podendo ser utilizadas como estratégia de desenvolvimento social, uma vez que, possibilitam acompanhar e monitorar processos, a melhoria dos serviços públicos e principalmente a garantia de direitos.

Nesta perspectiva, o conceito de governo digital, dissertado por Reis, vai ao encontro dos objetivos deste estudo, sendo a “[...] ressignificação do sentido da interpenetração entre governo e tecnologia, na medida em que cada vez mais reposiciona e aproveita os instrumentos tecnológicos para que as políticas públicas venham a ser mais eficazes” (2018, p. 416). Contudo, segundo relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o

ano de 2018, no que se refere ao índice geral de desenvolvimento de governo eletrônico, o Brasil avançou da 51ª posição para 44ª. Avanço também no ranking de participação social por meios digitais, tornando-se o líder da América Latina, subindo do 37º lugar para a 12ª colocação entre os 193 estados membros da organização (ONU, 2018).

De acordo com os dados citados, o Brasil vem demonstrando potencial em disponibilizar informações e serviços à população, através de recursos digitais, bem como, a tomada de decisão também pode ser feita de forma eletrônica. Como exemplos destaca-se o *site* do Senado com consultas e assinaturas eletrônicas sobre projetos de leis, a expedição de certidões *on-line* (criminal, civil, eleitoral), o Portal da Transparência (para acompanhar investimentos e gastos públicos), o portal do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - Simec (que permite o acompanhamento das ações do MEC), etc.

O listado anteriormente são amostras da emergente revolução digital que permeia os mais variados aspectos da vida em sociedade, que como visto estão presentes na gestão do Estado, como meio de responder aos anseios sociais por agilidade e qualidade na prestação de serviço e transparência no modo de governar. Ações dessa natureza possibilitam o envolvimento da sociedade civil para a tomada de decisão, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas.

Assim sendo, diversos pontos do processo são conectados e harmonizados visando uma política pública mais democratizada, com o fortalecimento de ações que fomentem o controle social. Como também, promove o desenvolvimento de ações articuladas em regime de colaboração, entre União, estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil, em prol de direitos sociais, como a educação de qualidade. Mais desdobramentos, neste sentido, seguem nos resultados ao analisar a elaboração do RT de um município da região metropolitana do RS.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de pesquisa social centrada na temática educacional, sob este aspecto Triviños traz relevantes contribuições ao afirmar ser indispensável ao investigador sopesar a ideia da historicidade e da intrínseca relação e interdependência dos fenômenos sociais. Porque “[...] a pesquisa educacional nos países do Terceiro Mundo tem um objetivo maior: a de servir aos processos de transformação da essência da realidade social [...]” (1987, p. 14). No que concerne a este estudo, trata-se de pesquisa social, a respeito da educação, desenvolvendo-se com base na metodologia bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, e com finalidade exploratória e descritiva (GIL, 2002).

Como procedimento técnico para a coleta dos dados utilizou-se de pesquisa documental e bibliográfica, orientando-se pela busca de referencial bibliográfico atualizado, obtido através da consulta eletrônica em *sites* oficiais, bases de dados e bibliotecas digitais, além de fontes físicas. Alguns documentos que foram utilizados, para constituir o panorama da realidade municipal estudada, foram cedidos pelo órgão municipal responsável.

A partir desses antecedentes instaurou-se o procedimento de análise dos dados por intermédio de julgamento qualitativo, relacionando os pontos de encontro e distanciamento entre o arcabouço teórico exposto e a questão de pesquisa. Ainda, resta imperativo salientar que a pesquisa não foi submetida ao comitê de ética, pois, os dados coletados não foram diretamente obtidos pelos pesquisadores, mas pelo órgão municipal, e através de formulário não identificado, voluntário e totalmente eletrônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percorrida a metodologia citada e com base no referencial abordado, foram encontrados resultados pertinentes à problemática investigada. Desta forma, os mesmos serão descritos em consonância com as discussões desencadeadas.

A construção do documento referencial do território do município estudado foi conduzida pela Secretaria Municipal de Educação (SMED). A qual disponibilizou um *e-mail* para que os professores pudessem realizar inscrição para participar da elaboração do documento, enquanto redatores. Sendo esta, uma ação clara de cuidado para que a construção de referencial fosse realizada por professores de todas as etapas e áreas de conhecimento que vivenciam a realidade local, demonstrando concepção de gestão democrática e participativa (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003).

As TD estiveram presentes, também, na coleta de sugestões das escolas. O primeiro instrumento utilizado foi um formulário, enviada por *e-mail* para as instituições. O segundo a ser empregado, para coletar as contribuições, foi um questionário de caráter misto, composto por questões objetivas e dissertativas, construído no *google forms*, um destinado à Educação Infantil e outro aos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. No entanto, foram disponibilizados para esta investigação, pela Secretaria Municipal de Educação, os dados do formulário referente a etapa da Educação Infantil.

O questionário foi enviado por *e-mail* e pelo *WhatsApp* aos diretores, com o intuito de repassar para seu grupo escolar. Interessante frisar a inclusão das tecnologias móveis por meio do referido aplicativo, uma ferramenta acessível e de familiaridade aos envolvidos. Neste

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

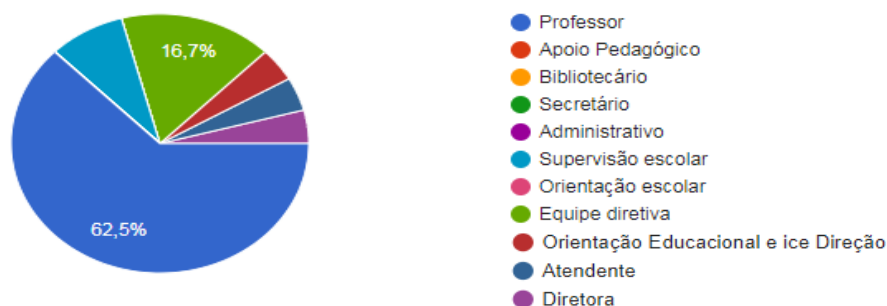
www.conedu.com.br

contexto, Santos *et al.* (2018) em diálogo com outros autores apontam as potencialidades dos recursos do *m-learning*, por sua versatilidade (no que se refere ao uso, acesso e instrumento), podendo ser utilizado em diferentes lugares.

Com base no acolhimento das contribuições, os redatores construíram o texto introdutório e objetivos de aprendizagem para a Educação Infantil e as competências e habilidades para o Ensino Fundamental. No entanto, foram disponibilizados para esta investigação, pela Secretaria Municipal de Educação, os dados do formulário enviado pelo *WhatsApp* referente a etapa da Educação Infantil, quanto a etapa do Ensino Fundamental não houve acesso a essas informações.

Para contribuir no esclarecimento dos dados que foram coletados junto aos profissionais da educação municipal colaciona-se alguns gráficos. As informações expressas em percentuais representam parte do total de indivíduos que participaram da pesquisa, pois, como tratava-se de um convite, não foram todos os profissionais que demonstraram interesse. As imagens representam características relevantes para análise a respeito das perspectivas dos participantes. O primeiro gráfico trata sobre a função exercida na instituição de ensino.

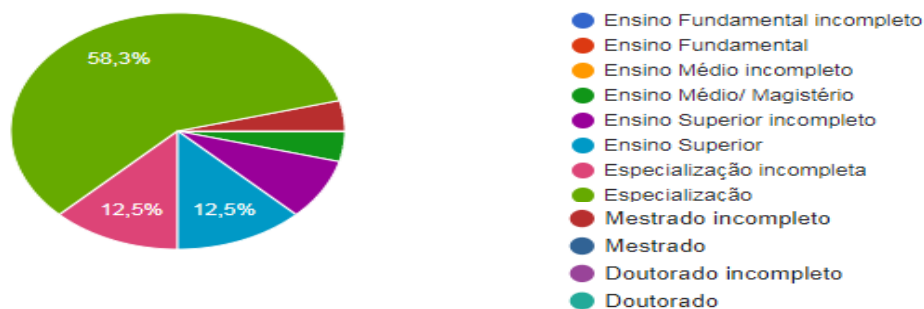
Imagem 1 - Gráfico sobre a função que os participantes do questionário exercem na escola em que trabalham.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação X, 2019.

Os segmentos escolares que participaram deste instrumento foram: professores 62,5%; equipe diretiva 16,7%; supervisão escolar 8,3%; orientação educacional 4,2%; e professor atendente 4,2%. Assim, observa-se que entre os onze segmentos, apenas seis se manifestaram. Dentre estes, o fato do percentual de participantes na função de supervisor e orientador escolar ser menor, não necessariamente remete a falta de interesse, pois, as escolas possuem um número reduzido destes profissionais, chegando em torno de apenas um por turno de trabalho, enquanto que no caso dos professores a quantidade é maior. Outro ponto pertinente é representado no próximo gráfico, ao apresentar o nível de escolaridade dos participantes.

Imagem 2 - Gráfico sobre a escolaridade dos participantes do questionário.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação X, 2019.

Seguindo a mesma lógica, descreve-se que os participantes deste instrumento de coleta possuem a seguinte escolaridade: especialização 58,3%; especialização incompleta 12,5%; ensino superior 12,5%; ensino superior incompleto 8,3%; ensino médio/magistério 4,2%; e mestrado incompleto 4,2%. Como pode-se perceber o grupo com maior incidência é composto por sujeitos que possuem formação acima da exigência legal mínima da rede, que no presente caso é Ensino Médio/magistério ou graduação em Pedagogia.

Outras informações são extraídas das questões dissertativas do formulário. Destaca-se uma delas por ser uma pergunta ampla a respeito do município, estando de acordo com os objetivos propostos nesta produção, enquanto as demais foram excluídas por serem específicas à etapa de ensino destinada. Para melhor compreensão transcreve-se o enunciado: No seu entendimento, quais são as características da Educação Infantil municipal?

Esta questão teve o total de quinze respostas obtidas, salienta-se que a baixa adesão pode estar relacionada ao fato de não ter caráter obrigatório. Desta forma, ao retomar as respostas da questão em análise é possível perceber que o lúdico e o brincar fazem parte da característica do município referente a Educação Infantil, pois, estes conceitos aparecem em seis das quinze respostas. Esta concepção vai ao encontro das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009), que define em seu “Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira”. Documento vigente e que encontra-se em sintonia com o previsto na BNCC.

Entretanto, também é possível perceber que alguns apontamentos apresentam “desabafos e angústias” vivenciadas no cotidiano da escola, como a falta de “*materiais e recursos didáticos para auxiliar na prática diária*” (resposta 1) e a necessidade de intensificação de formação continuada para professores (respostas 8 e 13). Tais aspectos revelados pelo instrumento, além da baixa adesão podem apontar que os participantes percebem

a BNCC, o RCG e o RT como documentos que para serem cumpridos nas escolas necessitam de estrutura física e pedagógica para subsidiar a metodologia do professor.

A hipótese aventada acima tem por propósito oferecer meios para que os alunos atinjam os objetivos de aprendizagem, as competências e as habilidades esperadas. Uma vez que, a BNCC traz uma proposta de garantia da equidade no que refere-se às aprendizagens dos alunos. Toda via, esta precisa ser alcançada em todos os aspectos da escola: financeiro, manutenção, autonomia e pedagógico. Posto que, o ato de homologar leis, construídas ou não com a participação popular, não é garantia de sua efetivação, já que, “as condições de implementação e as condições políticas são de território da prática” (VIEIRA, 2007, p. 60).

Após o período de três meses da aplicação dos instrumentos de coleta de informações, os redatores enviaram o documento preliminar para que os professores tomassem conhecimento, para debater nas assembleias, a fim de finalizar e enviar para o Conselho Municipal de Educação. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, o texto preliminar foi aprovado nas referidas assembleias com pequenas alterações: dois objetivos de aprendizagens na etapa da Educação Infantil e quatro habilidades da área de Educação Física.

Cabe ressaltar que o Conselho Municipal de Educação esteve presente nas assembleias de discussão do documento preliminar. Este fator possibilita reflexão de que a entidade preocupou-se com o processo de construção, realizando sugestões e discussões nos espaços destinados. Uma vez que, o colegiado tem a tarefa de aprovação ou não do documento, o mesmo não se limitou a tal ação, pois, tomou postura participativa na construção da legislação municipal em pauta, atuando de acordo com suas competências.

A partir dos fatos e documentos analisados é possível constatar resposta à problemática deste estudo, no sentido de que os recursos digitais utilizados contribuíram para promover a participação da sociedade na construção de políticas públicas, no que se refere a etapa municipal da BNCC. Através de suas ferramentas, as TD utilizadas proporcionaram comunicação e interação entre os segmentos da sociedade de forma pouco onerosa e ágil, por meio do amplo acesso que a comunidade tem a celulares e *smartphones*, assim como à internet, que inclusive pode ser consumida gratuitamente em alguns lugares públicos do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentada proporcionou valiosas informações quanto a construção de uma política pública (BNCC), a qual devido suas finalidades torna-se um marco histórico para a educação brasileira. O acompanhamento e análise desse processo oportunizou aprendizagens

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

para além dos objetivos traçados acerca da gestão pública e suas estratégias, mas também para com a subjetividade do objeto de estudo e dos sujeitos envolvidos.

Ao analisar a utilização de TD no processo de formulação do documento que regulamenta a BNCC na esfera municipal foi possível perceber que as ferramentas (*e-mail* e *WhatsApp*) utilizadas para divulgar as fases do processo de construção do documento: dias, horários e local foram bem sucedidas, pois, haviam significativa quantidade de representantes das escolas nos encontros. Entretanto, para a coleta de sugestões as ferramentas (*e-mail*, formulário do *google* e *WhatsApp*) obtiveram diminuto retorno, mesmo sendo disparadas repetidas vezes. Esses dados levam a crer que os recursos alcançaram o público ao qual foram direcionados, entretanto o interesse de participação destes não foi expressivo.

A revisão bibliográfica a respeito do levantamento histórico sobre o processo de elaboração da BNCC, do RCG e do RT de um município da região metropolitana do RS, oportunizou a compreensão das potencialidades e fragilidades do uso das TD para os processos de elaboração de políticas públicas. Levando a indicadores do potencial que as TD podem alcançar para fortalecer a democratização dessas políticas.

Ainda, no que diz respeito ao uso de TD, a falta de acesso as sugestões enviadas para a etapa do Ensino Fundamental, através do *e-mail* e formulário utilizados, poderiam enriquecer esse estudo. Porém, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação a adesão foi na mesma proporção que para a etapa da Educação Infantil. Mesmo assim, enfatiza-se que no que tange a área acadêmica, essa produção, contribui prestando reflexões sobre o processo de construção de políticas públicas e presta suporte para futuras investigações. Bem como, sobre a fase de implementação da BNCC em seus efeitos e impactos nas dimensões sobre currículo, organização escolar e avaliação, aspectos por ora não observados, mas de extrema relevância.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União, de 26 de junho de 2014, nº120-A. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/. Acesso em: 20 jul. 2019.

CEEd-RS. Resolução nº 345, de 12 de dezembro de 2018. **Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A organização da educação básica e a base nacional comum. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, [S.l.], v. 11, n. 14, out. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito a educação no Brasil**: um histórico pelas constituições. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1994.

DCNEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOEPPNER, Marcos Garcia. **Minidicionário jurídico**. São Paulo: Ícone, 2009.

LIBANÊO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira de. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **Eccos Revista Científica** (Online), v. 41, p. 31-44, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Estudo sobre governo eletrônico da organização das nações unidas 2018**. Nova Iorque, 2018. Disponível em: <https://publicadministration.un.org>. Acesso em: 20 jul. 2019.

REIS, Sérgio Roberto Guedes. Desenho de uma política de governo digital com base no paradigma de governo aberto: uma proposta a partir do modelo de integração de agendas. **Planejamento e políticas públicas**, n. 51, p. 395-440, jul./dez. 2018.

SANTOS, Bruna Silva dos; SCHIRMER, Sirlei Nádia; MAURREL, Joice Rejane Pardo; Santos, Flávia Cardoso Pereira dos. A tecnologia como ferramenta de comunicação entre os professores: Uma reflexão sobre a cidadania. **RENOTE**. Revista novas tecnologias na educação, v. 16, p. 1-11, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa na educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Sofia Lecher. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, p. 53-69, 2007.